

RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária

Edson Sabatini Ribeiro

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista
Campus de Presidente Prudente
e-mail: edson.sabatini@hotmail.com

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Unesp, 2011. 171p.

Sobre o autor

Henry Bernstein é professor emérito do Departamento de Estudos de Desenvolvimento, vinculado à *School of Oriental and African Studies (SOAS)*, da Universidade de Londres, e Professor Adjunto no *College of Humanities and Development Studies*, da Universidade Agrícola da China, em *Beijing*. Pensador preocupado com as dinâmicas de classe existente na mudança agrária, o autor faz uma análise buscando nas origens do capitalismo até os dias atuais da globalização, o entendimento dos processos pelos quais o campo foi sendo modificado e adaptado para se tornar uma das formas de acumulação do capitalismo agrário, via exploração da mão de obra do homem do campo e a expropriação de seus meios de produção, neste caso, a terra. Bernstein destaca que a questão agrária está presente em todos os povos, mas, nos países ditos do Terceiro Mundo, esta relação se dá por meio de uma intervenção capitalista nas políticas públicas destinadas à regulamentação do campo, que impõe o pensamento neoliberal para o desenvolvimento agrário através de instituições internacionais como o Banco Mundial e o FMI.

Introdução

Entre os séculos XIV e XVII, os mercadores se tornaram ricos e poderosos: capitalizaram-se, diversificaram a oferta de produtos ao mesmo tempo em que buscaram novas formas de produção de mercadorias e exploração de mão de obra. Esse processo não se deu da mesma maneira por toda parte, mas, em todos os lugares por onde surgiu, almejou destruir o uso comunal da terra e privatizá-la, transformando, por conseguinte, os camponeses em “livres trabalhadores” cujo único bem que lhes restava era a sua força de trabalho.

Conforme se industrializaram os países estenderam o processo tecnológico para a agricultura, conseguindo maior produtividade com menor uso de mão de obra assalariada, aumentando seus lucros. Também surgiram novos termos como agricultura familiar e agricultura capitalista, para diferenciar as novas configurações espaciais em relação aos interesses econômicos, sociológicos, políticos e ideológicos. Nos países chamados “subdesenvolvidos” ou de “Terceiro Mundo” – Bernstein analisa mais minuciosamente o caso da Índia a partir do final do século XIX -, houve uma invasão por economias mais desenvolvidas que implantaram o seu modo de produção capitalista, incrementando a monocultura extensiva, o uso de produtos químicos e de máquinas em grande escala. Tal apropriação provocou êxodos rurais, concentrações de terras ainda maiores e desagregações sociais com a perda de identidade cultural. Ao mesmo tempo, provocou o inchaço das cidades, simplesmente transferindo a pobreza rural para o meio urbano e, com isso, gerando novos problemas.

O resultado é que, hoje, há uma diminuição da mão de obra rural nos países industrializados, enquanto que, nos países do “Terceiro Mundo”, grandes parcelas de suas

populações estão no campo. Entre essas populações rurais, a variação de suas características permite apontar, por exemplo, as diferenças no que se entende pelo tamanho de uma propriedade. Enquanto na América do Sul, uma área com algumas dezenas de hectares pode ser considerada pequena e empregar a mão de obra de uma família, nos países da Ásia, seria uma área suficientemente grande para empregar várias famílias camponesas. Da mesma forma, surgem reflexões referentes aos direitos entre gêneros, quando se trata da divisão da renda da terra que, geralmente, é apropriado pelo homem.

Segundo Bernstein, a dominação dos países industrializados estimula a divisão de classes nos ambientes agrários mais pobres do “Terceiro Mundo”. O quadro se completa com a presença do Estado, que exerce pressão sobre o campo – via crédito rural -, na mesma intensidade em que sofre cobrança do grande produtor, denotando uma clara interferência do desenvolvimento capitalista na configuração da questão agrária.

Dinâmicas de classe da mudança agrária

O livro *Dinâmicas de classe da mudança agrária* inaugura a série “Estudos Camponeses e Mudança Agrária”, da Editora Unesp, que pretende divulgar livros básicos sobre a Questão Agrária. No primeiro capítulo intitulado “Produção e Produtividade”, Bernstein se ampara nos ensinamentos de Marx ao conceituar *produção* como a ação exercida pelo homem para mudar a natureza, empregando, nesse ato, o seu propósito, conhecimento, habilidade e energia. Bernstein direciona sua análise para a lavoura entendendo que, nela, a produtividade se traduz pela safra ou pelo rendimento da terra e se mede em relação ao trabalho empregado para tal. O autor alerta que a produção do campo está relacionada ao seu meio e compara o agricultor norte-americano que emprega tecnologia avançada, o agricultor indiano que ara a terra com equipamentos puxados por bois e o lavrador africano subsaariano que cultiva a terra com o uso de enxadas.

No entanto, Bernstein pondera que não é somente o uso de tecnologia mecânica que pode aumentar a produtividade. Há a questão dos insumos, chamado por ele de agricultura a montante, ou seja, a disposição de sementes, adubos, fertilizantes, irrigações, mercados para a terra, trabalho e crédito. O emprego de tecnologia avançada potencializam o rendimento de cada trabalhador, diminuindo a necessidade de mão de obra para obter grandes colheitas. O autor faz um alerta dizendo que seja qual for o tipo de equipamento empregado, as relações sociais estão presentes e indicam o modo da organização e da divisão social do trabalho. Encerrando o primeiro capítulo, Bernstein cita a economia política como a geradora de questionamentos basilares no trato com as relações sociais de produção e reprodução, quer sejam: Quem possui o quê? Quem faz o quê? Quem fica com o quê? O que fazem com isso?

No segundo capítulo, “Origem e Início do Desenvolvimento do Capitalismo”, Bernstein faz contraposições entre estudiosos que definem o surgimento do capitalismo com o advento das Revoluções Industriais do fim do século XVIII e estudiosos que definem o início do capitalismo na transição do feudalismo. Analisando as via prussiana e a norte-americana, Bernstein se vale dos estudos de Lênin que, de forma cristalina, mostra as diferenças dos dois processos. Segundo Lênin, enquanto houve uma evolução semelhante à da Inglaterra na Prússia, ou seja, com origens no feudalismo e seu conseqüente ocaso, a via norte-americana se diferenciou pela submissão dos pequenos proprietários às relações mercantis no final do século XVIII.

Outra perspectiva apontada por Bernstein toma os estudos de Byres, que analisou a Ásia Oriental e se concentrou na evolução ocorrida no Japão e na Coreia do Sul. Diferentemente do caso inglês, não houve a transição para o capitalismo agrário, mas, sim, uma acumulação primitiva que se voltou para a industrialização sob uma forte orientação do aparato estatal. Ao abordar o desenvolvimento do capitalismo comercial a partir do século XII, o autor busca, nas obras de Jairus Banaji, Giovanni Arrighi e Jason Moore, os padrões de acumulação e as fronteiras mercantis da produção especializada organizada pelas classes aristocráticas donas de terras. Esse acontecimento teria sido o início da exploração

da mão de obra, que, na visão capitalista, “livrou” o lavrador do ônus de ter um pedaço de terra para lavrar e lhe permitiu vender sua força de trabalho a quem pagasse mais.

Iniciando o capítulo III intitulado “Colonialismo e capitalismo”, Bernstein estabelece que o capitalismo como sistema atual e mundial só ocorreu devido aos tipos diferentes de colonialismos na América Latina, Ásia e África. Descreve suas fases partindo das crises do feudalismo e, com o capitalismo comercial no século XVI, a Europa impõe seu domínio sobre as Antilhas e América Latina por meio da Espanha e de Portugal. Ao mesmo tempo, a Inglaterra iniciou a exploração na América do Norte, utilizando a mão de obra de servos europeus em um primeiro momento para, mais tarde, iniciar o trabalho escravo com os negros. A partir do século XVII, com o declínio no comércio internacional, o Brasil assume a liderança no recebimento de escravos para sua lavoura de cana-de-açúcar e os holandeses nas Antilhas. Mas, no século XVIII, acontece a retomada da expansão europeia, intensifica-se o comércio escravagista e as guerras entre estados europeus pelo domínio comercial internacional, ocasionando assim uma divisão de trabalho internacional.

No século XIX e início do XX, a Segunda Revolução Industrial intensifica a industrialização da economia capitalista mundial. Os estados nacionais assumem a expansão colonial em lugar das empresas privadas e passam a explorar os recursos agrícolas e minerais das colônias. Na Conferência de Berlim entre 1884 e 1885 se define a “corrida pela África”. Na África Subsaariana, a sistematização da colonização produziu três macrorregiões: a primeira, voltada à agricultura de exportação, não gerou expropriação e foi feita por lavradores camponeses e nativos; a segunda macrorregião formou uma área de reserva de mão de obra para trabalhar nas grandes fazendas, com enorme alienação das terras em favor dos colonos brancos, e se estendia do oeste até o centro e o sul da África. Ainda no final do século XVIII, a Inglaterra tentou consolidar uma classe burguesa também no sul da Ásia a fim de reproduzir o capitalismo agrário britânico, sem muito sucesso. Ao sul da Índia, tentou implantar o sistema *ryotwari* que confirmava o direito de propriedade da terra a quem a cultivasse. Sem as características de um colonialismo de povoamento, houve pouca expropriação, mas muita exploração, principalmente de madeira, o que levou à destruição de boa parte das florestas e à redução dos recursos de subsistência dos lavradores camponeses.

No capítulo IV “Lavoura e agricultura, local e global”, Bernstein expõe didaticamente o que entende por lavoura e agricultura. Lavoura é cultivar o solo e criar animais em campos determinados e pastos demarcados, bem como possuir conhecimentos das condições ecológicas, das incertezas e dos riscos, tendo, na família rural a principal unidade social para assegurar a sua realização. Na agricultura ou setor agrícola no capitalismo moderno, a lavoura significa acompanhar os interesses econômicos e institucionais, a montante pelo uso de insumos, o mercado da terra, o trabalho e o crédito, e a jusante, pela comercialização, o processamento e a distribuição da produção. Essa definição permite compreender a mudança agrária ocorrida a partir dos anos 1870 até a década de 1970, possibilitando apontar a passagem da lavoura para a agricultura, como alguns aspectos fundamentais: a base industrial da mudança técnica; a formação de mercados globais e as divisões de trabalho na agricultura; a formação do ‘setor agrícola’ como objeto da elaboração de políticas públicas. Considera o aumento de escala, a expansão geográfica do mercado agrícola e as suas fontes de oferta e demanda no capitalismo a partir de três grandes acontecimentos no século XX, que abalaram as estruturas do capitalismo: a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais e a grande depressão dos anos trinta nos Estados Unidos.

Com fim da Segunda Guerra, países que eram colônias passaram a lutar pela sua libertação, ao mesmo tempo em que os norte-americanos e soviéticos surgiram como os grandes vencedores, dividindo o mundo em capitalistas e socialistas e disputando o controle dos países recém-independentes, notadamente da Ásia e da África, que ainda eram sociedades agrárias. Sob o comando do Estado, entre as décadas de 1950 até 1970, grande parte dessas nações sacrificou a sua produção de grão e passou a importá-los devido ao preço mais compensador em decorrência das super safras nos países desenvolvidos, ou esperou para modernizar a sua agricultura, até que a sua indústria se

desenvolvesse a ponto de produzir os insumos que o campo precisava. A política agrícola passou a ser gerenciada no sentido de diminuir tensões sociais e as reformas agrárias surgiram com alguma força, todavia, com configurações específicas em cada país. O Banco Mundial e o FMI ofereceram ajuda financeira, principalmente aos países da América Central e do Sul para breçar o avanço comunista alimentado tanto pelo brilho e o sucesso conseguido pelos norte-vietnamitas de cunho camponês e comunista na guerra contra os norte-americanos, quanto pela revolução cubana camponesa também de ideologia comunista e a Revolução chinesa.

No capítulo V “Globalização neoliberal e agricultura mundial”, Bernstein chama a atenção para as profundas mudanças ocorridas a partir da década de 1970 na economia mundial capitalista, conhecida como globalização. Com o declínio da competitividade da indústria norte-americana e a incapacidade em manter sua hegemonia capitalista mundial, estabeleceu-se uma crise na mão de obra. Surge, assim, a ‘globalização neoliberal’, um programa político e ideológico que promove a liberdade e mobilidade do capital, a rechaça do Estado como promotor do bem-estar, a desregulamentação dos mercados de capitais, reduzindo as conquistas das classes trabalhadoras e a capacidade dos Estados implantarem políticas macroeconômicas, a privatização de empresas e serviços públicos e a mercantilização de todos os aspectos da vida social.

Também nos anos setenta, os americanos conseguiram uma super safra de grãos, suspenderam o embargo sobre o trigo para a URSS enviando-lhes uma enorme quantidade do produto, a tal ponto de desestabilizar o fornecimento mundial, manter o preço elevado e colapsar o segundo Regime Alimentar Internacional (RAI), forçando por causa das sucessivas super safras, a inclusão dos produtos agrícolas nos acordos do GATT, que até então os americanos eram terminantemente contra. Além disso, o surgimento das políticas neoliberais impostas pelo FMI, Banco Mundial e governo norte-americano aos países do sul forçaram a adoção de medidas aplicadas ao campo para sua inclusão no modo capitalista agrário globalizado, provocando uma maior concentração de terras, mercantilização da subsistência camponesa, incentivo à monocultura de produtos para a exportação, precarização da mão de obra rural e sua consequente submissão ao capital.

No capítulo VI, “Agricultura capitalista e lavradores não capitalistas?”, o autor enfatiza as desigualdades existentes no capitalismo relacionado à lavoura, destacando como se dá a reprodução capitalista no campo. Segundo Bernstein, quando se destina à produção manufatureira, o capital utiliza um processo que inicia na apropriação da Natureza e, neste contexto, mantém o controle total dos meios de produção. Na lavoura capitalista, esse processo sofre uma limitação que é quase intransponível, ou seja, além das incertezas climáticas e das pragas, o tempo de produção excede o tempo trabalho, porque há um ritmo natural de desenvolvimento de animais e plantas no qual o capital fica imobilizado. Por outro lado, não é possível a exploração da mão de obra em tempo integral como é na produção manufatureira. O mesmo limite temporal de maturação dos produtos se transfere para a mão de obra que, nesse período, fica ociosa ou faz pequenos serviços de conservação, não rendendo o suficiente para compensar o gasto com ela. O autor propõe que, neste contexto, é mais interessante e rentável ao capital abrir espaço para a agricultura familiar, porque é mais atrativo dominar a montante e a jusante do processo produtivo agrícola. Finalizando, Bernstein cita o papel da resistência e das reformas agrárias como uma possibilidade de lutas contra a mercantilização da subsistência camponesa, a expropriação do lavrador e sua consequente transformação em assalariado.

No capítulo VII, “Formação de classes no campo”, o autor procurou abordar os pontos em que o Estado, como promotor de distribuição de terras, se comporta para consolidar os pequenos produtores rurais e torná-los produtores competitivos de mercadorias para que sobrevivam no mercado. Para ele, a mercantilização como um processo cria relações sociais entre o capital e o trabalho assalariado e as condições para alguns acumular patrimônio e reproduzir o capital possibilitando a mercantilização da subsistência, da divisão sexual, da propriedade, trabalho, renda e gastos, da qual Lênin classificou em camponeses ricos, médios e pobres.

Esse complexo conduz o autor, no capítulo VIII, “Complexidades de classe”, a destacar como as análises de classes possuem múltiplas formas de organização e produção. Em uma dessas análises, por exemplo, alerta para uma reflexão: nem tudo posto como inerente ao capitalismo existe para servir aos seus propósitos. Dessa forma, há uma dinâmica contraditória nas relações sociais capitalistas: elas reconfiguraram-se ao modo do capital para servi-lo, mas também para dele se servir.

Partindo desse pressuposto, Bernstein procura delimitar a ordem capitalista, afirmando que o seu poder social e econômico é garantido por uma dominação política e ideológica que tem no Estado um de seus grandes provedores. A heterogeneidade das classes do trabalho não permite a percepção da exploração e opressão das classes, porque são transmutadas em identidades específicas do trabalho e o capital aproveita essas diferenças relacionais, na produtiva conjuntura organizacional para arrefecer as resistências das classes trabalhadoras.

Por isso, a importância em se recriar ambientes de luta pela terra como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na América do Sul, especificamente no Brasil. No entanto, as diferentes experiências pessoais dos membros do MST trazem expectativas divergentes às imaginadas pelo comando do movimento, o que afeta os relacionamentos e expõe as divisões e os conflitos entre as classes trabalhadoras rurais. Isso ocorre de forma sistemática em outros lugares, como, no caso da Índia, onde a associação de lavradores do Estado de Karnataka manifestou forte oposição à semente de algodão transgênico conseguindo barrá-la, mas é acusada de defender os interesses dos lavradores ricos e médios que exploram a mão de obra rural. Além disso, também implica em uma disputa do “povo da cidade” contra o “povo da terra”, gerando antagonismos entre as classes sociais dos dois segmentos.

Considerações finais

Bernstein conclui seu livro apresentando questionamentos que suscitam uma reflexão mais aprofundada sobre a questão agrária no modo capitalista de produção, de tal forma que mostra o quão abrangente deve ser a discussão e a necessidade de envolver todas as classes sociais. Dessa forma, ele nos convida a refletir sobre um dos principais questionamentos que traz uma realidade pouco discutida pelos movimentos sociais: se hoje a população mundial aumentou exponencialmente desde o início das primeiras configurações do capitalismo e as relações sociais se tornaram tão complexas que em nada se assemelham às existentes naquela época, como viabilizar uma lavoura camponesa que dê conta de sustentar a atual população majoritariamente cidadina?

Recebido para publicação em 03 de fevereiro de 2015

Devolvido para revisão em 19 de maio de 2015

Aceito para publicação em 19 de maio de 2015